

Evandro de Oliveira Lupatini
Alice Kappel Roque Munck
Rita de Cássia Padula Alves Vieira

PERCEPÇÕES DOS PACIENTES DE UM HOSPITAL DE ENSINO QUANTO À FARMACOTERAPIA E À ORIENTAÇÃO FARMACÊUTICA NA ALTA

PATIENTS' PERCEPTIONS IN A TEACHING HOSPITAL ABOUT PHARMACOTHERAPY AND PHARMACEUTICAL CARE IN DISCHARGE

LAS PERCEPCIONES DE LOS PACIENTES EN UN HOSPITAL UNIVERSITARIO SOBRE LA FARMACOTERAPIA Y LA ATENCIÓN FARMACÉUTICA EN EL ALTA

Universidade Federal de Juiz de Fora

RESUMO

Os altos custos das internações hospitalares, somados aos avanços nas ciências da saúde, têm contribuído significativamente para a redução do tempo de permanência hospitalar (TPH), conduzindo pacientes à precoce alta. Estudos que avaliaram o conhecimento de pacientes em alta hospitalar concluíram ser baixo o nível de informação sobre medicamentos. Neste âmbito, farmacêuticos clínicos podem contribuir para obtenção de resultados clínicos positivos.

Objetivo: Identificar as percepções dos pacientes internados em um hospital de ensino quanto à sua terapia farmacológica e quanto ao aconselhamento e orientação farmacêutica no momento da alta hospitalar.

Método: Estudo prospectivo, descritivo, de caráter exploratório, realizado no HU-UFJF entre outubro e novembro/2011. Foram aplicados questionários aos pacientes no momento da alta hospitalar.

Resultados: Foram entrevistados 30 pacientes com TPH médio de 12,4 dias: 80% relataram desconhecer a função do profissional farmacêutico no âmbito hospitalar; 50% afirmaram conhecer a finalidade do uso de todos os medicamentos prescritos; 50% afirmaram que seus conhecimentos sobre os medicamentos eram "completos"; 90% disseram ter recebido orientação quanto ao uso dos medicamentos; 77% relataram não ter recebido orientação sobre reações adversas a medicamentos (RAM) e 93% aceitariam ter uma conversa sobre medicamentos com o farmacêutico antes de sair do hospital.

Conclusões: O uso racional de medicamentos (URM) pode não estar ocorrendo levando-se em conta que o farmacêutico não está inserido no processo de trabalho da alta hospitalar e que há possíveis lacunas no conhecimento apresentado pelos pacientes. Ressalta-se a singularidade deste locus de formação de recursos humanos, apontando a necessidade da inserção do farmacêutico na alta hospitalar e as potencialidades das atividades de educação em e na saúde.

Descritores: Serviço de Farmácia Hospitalar, Medicamentos, Alta do Paciente.

ABSTRACT

The high costs of hospitalizations, together with the advances in health sciences, have contributed significantly to the reduction of hospital stay, leading patients to early discharge. Studies that evaluate the knowledge of the patient about the medication concluded that it is poor the level of information. In this context, clinical pharmacists can contribute to achieving positive clinical outcomes.

Objective: To identify the perceptions of patients admitted to a teaching hospital about their pharmacotherapy and pharmacist counseling at the time of hospital discharge.

Method: Prospective, descriptive, exploratory, held at the HU-UFJF between October and November / 2011. Questionnaires were applied to patients at discharge.

Results: We evaluated 30 patients with an average of 12.4 days hospital stay: 80% reported ignore the role of the pharmacist in hospitals; 50% said they knew the purpose of the use of all medicines; 50% stated that their knowledge of the medicines were "complete"; 90% said they received information about the use of medicines; 77% reported not having received information about drug adverse reactions and 93% would accept to have a conversation about medication with the pharmacist before leaving the hospital.

Conclusions: The rational use of medicines cannot be occurring given that the pharmacist is not inserted in the discharge process and that there are possible gaps in knowledge presented by the patients. We emphasize the uniqueness of this locus of human resources training, highlighting the need to insert pharmacist at hospital discharge and potential of education activities.

Keywords: Pharmacy Service, Hospital, Medicines, Patient Discharge.

Recebido em: 20/08/13
Aceito em: 30/09/2014

Autor para Correspondência:
Evandro de Oliveira Lupatini
Universidade Federal de Juiz de Fora
E-mail:
evandrolupatini@gmail.com

RESUMEN

Los altos costos de las hospitalizaciones, junto con los avances en ciencias de la salud, han contribuido de manera significativa a la reducción de la estancia hospitalaria, lo que lleva a los pacientes a alta temprana. Los estudios que evalúan el conocimiento de los pacientes de alta hospitalaria llegaron a la conclusión de que es bajo el nivel de información sobre medicamentos. En este contexto, los farmacéuticos clínicos pueden contribuir a la consecución de los resultados clínicos positivos.

Objetivo: Identificar las percepciones de los pacientes ingresados en un hospital universitario sobre su farmacoterapia y la atención farmacéutica en el momento de la alta hospitalaria.

Método: Estudio prospectivo, descriptivo y exploratorio, realizado en el HU-UFJF entre octubre y noviembre / 2011. Los cuestionarios fueron administrados a los pacientes al alta del hospital.

Resultados: Se evaluaron 30 pacientes con una media de 12,4 días de estancia media hospitalaria: 80% informó de ignorar el papel del farmacéutico en los hospitales; 50% dijo conocer el propósito de la utilización de todos los medicamentos; 50% manifestó que su conocimiento de los medicamentos eran "completo"; 90% dijeron que habían recibido orientación sobre el uso de los medicamentos; 77% reportó no haber recibido orientación sobre las reacciones adversas a los medicamentos y 93% aceptaría tener una conversación con el farmacéutico sobre los medicamentos antes de salir del hospital.

Conclusiones: El uso racional de los medicamentos pueden no ser de origen dado que el farmacéutico no se ha insertado en el proceso de trabajo y que existen posibles lagunas en los conocimientos presentados por los pacientes. Hacemos hincapié en la singularidad de este lugar de la formación de recursos humanos, poniendo de relieve la necesidad de insertar farmacéutico en el alta hospitalaria y el potencial de las actividades de educación y salud.

Descriptores: Servicio de Farmacia en Hospital, Medicamentos, Alta del Paciente.

INTRODUÇÃO

Os altos custos das internações hospitalares, somados aos avanços nas ciências da saúde, têm contribuído significativamente para a redução do tempo de permanência hospitalar (TPH), conduzindo pacientes à precoce alta, momento este considerado crítico na transição de cuidados e que deve ser planejado com o intuito de não haver fragmentação da atenção à saúde. Para evitar reinternações e assegurar a continuidade dos tratamentos e cuidados em outros níveis assistenciais é necessário que a alta hospitalar seja planejada e sistematizada, com vistas ao fornecimento de informações aos pacientes, familiares e cuidadores¹.

Revisão sistemática (RS) de ensaios clínicos controlados elucidada que planos de alta estruturados e individualizados possivelmente levam à redução no TPH e nas readmissões, ao mesmo tempo em que promovem um aumento da satisfação do paciente. Visando conter os custos e melhorar os resultados em saúde, estes planos devem assegurar que os pacientes recebam alta hospitalar no momento oportuno à continuidade do cuidado².

Em relação à farmacoterapia, muitos pacientes sabem dizer o motivo do uso de seus medicamentos. Entretanto, é notória a falta de conhecimento sobre outros aspectos importantes, tais como duração do tratamento, efeitos adversos, possíveis interferências de alimentos e outros medicamentos, mudanças no estilo de vida e se devem ou não continuar o tratamento com os medicamentos que faziam uso antes da hospitalização^{3,4}.

Problemas relacionados a medicamentos (PRM) são frequentes e podem resultar em redução da qualidade de vida e até mesmo aumento da morbimortalidade. Neste âmbito, farmacêuticos clínicos podem, efetivamente, além de identificar e prevenir PRM clinicamente significativos⁵, contribuir para o aumento da adesão do paciente ao tratamento e obtenção de outros resultados clínicos positivos^{6,7}.

Estudos que avaliaram o conhecimento de pacientes em alta hospitalar concluíram ser baixo o nível de informação que estes possuem sobre a indicação, dose, aspectos posológicos e informações sobre efeitos adversos relacionados aos medicamentos. Essa situação tende a se agravar em idosos e pacientes polimedicados, prejudicando o entendimento e acarretando o uso inadequado dos medicamentos⁸.

Durante a última década tem havido crescente conscientização da importância do aconselhamento de pacientes em curso de alta hospitalar². Esta prática proporciona conhecimento ao paciente acerca de sua doença, das mudanças no estilo de vida e do papel da terapia medicamentosa, oferecendo-o subsídios para assumir um papel ativo para lidar com sua nova condição de saúde. É consenso na literatura que pacientes bem informados são mais propensos a cumprir os esquemas de tratamento propostos, tendendo a serem mais seguros e capazes de seguir com os planos farmacoterapêuticos⁸.

Nesse sentido, o presente trabalho objetivou identificar as percepções dos pacientes internados em um hospital de ensino quanto à sua terapia farmacológica e quanto ao aconselhamento e orientação farmacéutica no momento da alta hospitalar.

MÉTODO

Estudo prospectivo, descritivo, de caráter exploratório, realizado no Hospital Universitário (HU) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora – MG, entre os meses de outubro e novembro de 2011.

Por meio da amostragem aleatória simples foram entrevistados pacientes na iminência da alta hospitalar que responderam a um questionário aplicado oralmente pelo pesquisador principal.

O questionário foi desenvolvido pelos autores e constava de perguntas estruturadas em três seções, a saber: aspectos socioeconômicos (sexo, raça/cor, idade, escolaridade e renda), aspectos relacionados à internação (TPH e especialidade médica) e aspectos relacionados à entrevista farmacéutica. Todas as perguntas referentes à entrevista farmacéutica possuíam categorias padronizadas de resposta e contavam com espaço livre para complementação e demais apontamentos referidos pelos entrevistados (quadro 1).

QUADRO 1. Perguntas relativas à entrevista farmacéutica.

Perguntas	Opções de resposta
O Sr. (a) conhece a função do profissional farmacêutico no âmbito hospitalar?	<ul style="list-style-type: none">• Sim• Não
O Sr. (a) sabe para que serve cada medicamento que faz uso?	<ul style="list-style-type: none">• Sim, todos eles• Sim, alguns deles• Sim, poucos deles• Não, nenhum deles
Qual o nível que o Sr. (a) atribui quanto ao conhecimento sobre seus medicamentos?	<ul style="list-style-type: none">• Completo• Regular• Ruim
O Sr. (a) vai continuar tomando os medicamentos que já tomava em casa junto com os medicamentos que vai tomar a partir de agora?	<ul style="list-style-type: none">• Sim• Não• Não sei
O Sr. (a) recebeu alguma orientação da equipe de saúde quanto ao uso dos seus medicamentos?	<ul style="list-style-type: none">• Sim• Não
O Sr. (a) foi orientado por algum profissional quanto aos efeitos adversos relacionados aos medicamentos?	<ul style="list-style-type: none">• Sim• Não• Não lembro
Qual foi sua frequência de conversas com a equipe médica sobre os medicamentos?	<ul style="list-style-type: none">• Sempre• Na maioria das vezes• Ocasionalmente• Raramente• Nunca
Qual foi sua frequência de conversas com a equipe de enfermagem sobre os medicamentos?	<ul style="list-style-type: none">• Sempre• Na maioria das vezes• Ocasionalmente• Raramente• Nunca
O Sr. (a) aceitaria ter uma conversa com o farmacêutico sobre seus medicamentos antes de deixar o hospital?	<ul style="list-style-type: none">• Sim• Não

Foram critérios de inclusão: pacientes maiores de 18 anos, internados nos serviços de especialidades clínicas, com TPH mínimo de um dia, em condições de se comunicar e que tinham recebido prescrição de alta contendo ao menos um medicamento; e de exclusão: pacientes que não estavam de acordo com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, ambulatoriais, menores de 18 anos, internados nos serviços de especialidades cirúrgicas, incapazes de se comunicar e/ou que não receberam prescrição de medicamentos.

O programa Microsoft Office Excel 2007 (12ª versão) foi utilizado para elaboração da análise estatístico-descritiva dos dados. O presente trabalho foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do HU-UFJF (parecer nº 249/2011). A pesquisa foi conduzida conforme preconiza a Resolução CNS nº 196/1996.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Aspectos socioeconômicos

Durante o período em campo foram entrevistados 30 pacientes. Cinquenta e três por cento dos entrevistados eram do sexo masculino, 50% se autodeclararam brancos e 63% possuíam idade entre 30 a 59 anos. Quanto ao nível de escolaridade, 56% declararam possuir ensino fundamental incompleto. Dos pacientes que aceitaram declarar sua renda, mais da metade possuía renda de até 1 salário mínimo vigente à época.

Aspectos relacionados à internação

O TPH médio foi de 12,4 dias (mínimo de 1 e máximo de 79 dias). Quase 50% dos pacientes estavam internados nos serviços de clínica médica e doenças infecto-parasitárias. Nefrologia, pneumologia e gastroenterologia corresponderam, respectivamente, à terceira, quarta e quinta especialidade médica responsável pela internação. Essencialmente eram pacientes portadores de doenças crônicas, com uma ou mais comorbidades e que, eventualmente, possuíam desdobramentos clínicos de caráter agudo, necessitando de atendimento médico-hospitalar.

Aspectos relacionados à entrevista farmacêutica

Oitenta por cento dos pacientes entrevistados relataram desconhecer a função do profissional farmacêutico no âmbito hospitalar. Aqueles que afirmaram conhecê-la restringiram-se a relatar atividades técnicas de um profissional confinado na farmácia do hospital. Alguns dos termos referidos foram: controle e supervisão dos medicamentos, atendimento aos pedidos médicos, análise da medicação do paciente e atuação dentro da farmácia. Nenhum dos entrevistados mencionou atividades clínicas desenvolvidas à beira-leito, como consultas farmacêuticas aos pacientes ou participação em visitas clínicas com a equipe multiprofissional.

Este desconhecimento das atividades clínicas do farmacêutico pode ser revertido com a implementação das atividades de farmácia clínica e atenção farmacêutica. Fato é que a profissão farmacêutica vem passando por muitas mudanças ao longo dos anos, evoluindo para uma prática voltada à atenção à saúde do paciente⁹.

Uma participação proativa em vez de reativa por parte dos farmacêuticos deve ser fundamental para sua efetiva inserção na equipe multiprofissional de saúde, tornando-se presente e contribuindo nas diversas discussões, afirmando-se como o profissional de referência do medicamento^{5,9}.

O estudo de Santana et al. (2013) realizou uma avaliação da Assistência Farmacêutica (AF) em dez hospitais públicos em processo de reorganização da gestão. Em todos os hospitais avaliados, os autores observaram o menor índice de conformidade no que se refere às atividades de cuidado farmacêutico aos pacientes, encontrando, de uma forma geral, melhores percentuais nos indicadores relacionados às etapas logísticas em detrimento às etapas técnico-assistenciais¹⁰.

Uma vez estruturadas as etapas logísticas da AF, com a integração plena da farmácia hospitalar (FH) aos demais serviços e do farmacêutico à equipe multiprofissional, certamente os serviços clínico-assistenciais deste profissional passarão a ser requisitados e reconhecidos, tornando-o referência para profissionais e pacientes nos assuntos relacionados a

medicamentos, sendo indispensável para melhoria da assistência, não só no âmbito hospitalar, como também em todos os níveis de atenção à saúde^{10,11}.

Quanto à informação mínima no que diz respeito à indicação do uso de cada medicamento, cinquenta por cento dos entrevistados relataram saber a finalidade do uso de todos os medicamentos prescritos, enquanto quarenta e seis por cento declararam conhecer a indicação de apenas alguns deles.

Esta é uma situação preocupante, pois, minimamente o paciente deveria conhecer a finalidade do uso de seus medicamentos. Este “conhecimento” ou talvez “pseudoconhecimento” tem implicação direta no processo de adesão à terapêutica, podendo estar associado a resultados negativos como baixa adesão, falha terapêutica, duplicidade de tratamentos, erros de medicação e, de uma forma geral, descumprimento não intencional do plano terapêutico⁵.

De acordo com a Política Nacional de Medicamentos (Portaria GM/MS nº 3.916/1998)¹², a dispensação é uma das atividades desenvolvidas na AF, sendo privativa do profissional farmacêutico:

É o ato profissional farmacêutico de proporcionar um ou mais medicamentos a um paciente, geralmente como resposta à apresentação de uma receita elaborada por um profissional autorizado. Nesse ato, o farmacêutico informa e orienta o paciente sobre o uso adequado do medicamento. São elementos importantes da orientação, entre outros, a ênfase no cumprimento da dosagem, a influência dos alimentos, a interação com outros medicamentos, o reconhecimento de reações adversas potenciais e as condições de conservação dos produtos¹² (grifos nossos).

Tal como na dispensação farmacêutica, o momento da alta hospitalar é propício ao diálogo com os pacientes e deve ser explorado em toda sua potencialidade como um espaço para o desenvolvimento das atribuições clínicas do farmacêutico, indo ao encontro das atividades de promoção do uso racional de medicamentos (URM).

Quanto às orientações finais estabelecidas no plano de alta, é recomendado que o paciente as receba antes do horário previsto para sua saída do hospital, evitando-se o acúmulo de informações e possibilitando a avaliação de sua compreensão quanto às informações recebidas e o esclarecimento de dúvidas¹³.

Como apontado na RS de Sasha et al. (2014), elementos da educação do paciente (educação em saúde) estiveram presentes na maioria dos estudos que avaliaram as intervenções no planejamento de alta hospitalar², reforçando, portanto, a necessidade de diálogo entre profissionais e pacientes.

Ao serem indagados a respeito do nível de conhecimento (completo, regular ou ruim) a respeito dos medicamentos que faziam uso, 50% dos pacientes afirmaram que seus conhecimentos eram “completos”, ou seja, identificavam o motivo pelo qual o medicamento estava sendo utilizado e conseguiam dizer as doses, horários e modo de administração. Trinta e três por cento dos pacientes referiram como sendo regular, apresentando dificuldades para identificar dois ou mais critérios apresentados acima. Dezessete por cento disseram que o seu nível de conhecimento era ruim, não identificando e nem distinguindo o medicamento que iriam utilizar, além de não conhecer o motivo do seu uso e não conseguir confirmar a dose a ser utilizada em cada horário.

Vale ressaltar que o nível de conhecimento intitulado “completo” restringiu-se a verificar a compreensão das informações intimamente ligadas à administração do medicamento, não sendo avaliados outros aspectos relacionados à duração do tratamento, aos possíveis efeitos adversos, às precauções necessárias e às interações medicamentosas.

Onning et al. (2011) avaliaram o conhecimento dos pacientes sobre seu tratamento medicamentoso, após consulta médica e dispensação farmacêutica, realizadas em uma unidade básica de saúde. Após a consulta médica, 28% dos entrevistados foram classificados com bom conhecimento, 17% regular e 64% insuficiente, enquanto após dispensação farmacêutica, 5% bom, 87% regular e 7% insuficiente. Os

autores concluíram que os resultados encontrados após dispensação foram melhores do que os da consulta médica, ressaltando a importante atuação do farmacêutico na orientação do paciente quanto ao URM¹⁴.

No que se refere à comunicação profissional-paciente, Leite e Vasconcellos (2003) reforçam a importância da linguagem do profissional de saúde na construção do diálogo com o paciente. Em entrevista com profissionais de saúde e pacientes em uma unidade de saúde, os autores identificaram que profissionais que utilizavam uma linguagem mais acessível e popular foram mais acreditados pelos clientes da unidade, uma vez que demonstravam mais respeito pelo paciente e suas crenças e assumiam uma atitude menos discriminatória¹⁵.

É oportuno, pois, estabelecer tais relações em uma perspectiva simétrica, de igualdade entre as partes, em que tanto profissionais como pacientes têm algo a aprender e a ensinar.

Neste contexto, cita-se o emprego das chamadas “tecnologias leves”, relacionais, pautadas no acolhimento, na escuta e no interesse, com criação de vínculo entre profissional de saúde e usuário, compondo o chamado “trabalho vivo” em ato, implicando em mútua produção de saúde¹⁶.

Noventa por cento dos pacientes disseram ter recebido orientação quanto ao uso do medicamento. Entretanto, vale destacar algumas reflexões que merecem ser incorporadas no cotidiano dos profissionais de saúde que realizam atividades de educação em saúde:

As orientações oferecidas são de qualidade, precisas e imparciais?

Estão sendo adequadamente transmitidas na perspectiva do diálogo e não de imposições verticalizadas?

As informações estão sendo claras e objetivas o suficiente para se dizer que serão apreendidas e se tornarão efetivas?

Há resolatividade do serviço e satisfação do paciente?

Minimamente deve-se atentar para que as orientações relacionadas aos medicamentos sejam capazes de fornecer informações sobre por que, como, quando e por quanto tempo utilizá-los, abordando ainda interações medicamentosas, efeitos adversos, cuidados especiais, obtenção do medicamento no SUS, entre outras informações.

Mesmo com o alto grau de concordância dos pacientes na pergunta anterior, nem todos estavam certos se continuariam usando, após a alta hospitalar, os medicamentos que faziam uso prévio à internação. Apesar de apenas 3% dos pacientes terem apresentado dúvidas neste aspecto, ao se projetar esta porcentagem a todo o universo do referido hospital, infere-se que uma parcela significativa, no sentido qualitativo do termo, pode estar deixando o ambiente hospitalar com dúvidas sobre os medicamentos prescritos, dieta a ser seguida, medidas para acompanhamentos e outros inúmeros questionamentos.

Existem evidências de que a conciliação medicamentosa¹ possa ser efetiva na prevenção de eventos adversos relacionados a medicamentos sendo uma ferramenta importante para evitar duplicidade de tratamento, erros de medicação e outras discrepâncias^{17,18}. Ademais, a conciliação medicamentosa é uma estratégia recomendada pela Organização Mundial de Saúde (OMS)¹⁹ que visa à segurança do uso de medicamentos pelo paciente¹⁹.

Outra pergunta buscou compreender se os profissionais de saúde abordavam o tema reações adversas a medicamentos (RAM) em suas orientações. Sessenta e sete por cento dos entrevistados afirmaram não ter recebido orientação neste sentido. Desta forma, pacientes podem acreditar que possuem bom nível de informação quando, na verdade, faltam-lhes conhecimentos importantes ou estes não foram assimilados de maneira adequada.

O estudo de Oenning e colaboradores (2011) destacou que, embora os entrevistados tivessem recebido orientação de como utilizar

1 Processo de criação de uma lista completa contendo todas as informações sobre os medicamentos que o paciente faz uso, comparando-a na admissão, transferência ou alta dos serviços de saúde, com o objetivo de identificar discrepâncias. Quaisquer discrepâncias, intencionais ou não, são discutidas junto ao prescritor, visando à segurança do uso dos medicamentos pelo paciente²⁰.

o medicamento durante a consulta (70%) e a dispensação (98%), os resultados de avaliação do nível de conhecimento dos pacientes acerca dos medicamentos foram regular ou insuficiente. A conclusão dos autores incita reflexões a respeito do momento da alta hospitalar: “ou o tempo de orientação é insuficiente ou as informações não estão sendo repassadas adequadamente”¹⁴.

Leite, Vieira e Veber (2008) discutem o tempo preconizado pela OMS para a consulta médica (mínimo de 15 minutos) e a dispensação (mínimo de 3 minutos)²¹. Além de serem considerados insuficientes por diversos autores, fica pouco provável que uma orientação completa seja fornecida ao paciente, resumindo-se à prestação de orientações apenas verbalmente²¹.

Ora, em muitos casos o tempo da dispensação é consumido pelo ato burocrático de registros diversos como, por exemplo, lançamento de dados em sistemas, preenchimento de fichas de controle de estoque e transcrição das informações do paciente e da prescrição, o que minimiza, ainda mais, o tempo para orientações.

Os pacientes também foram questionados quanto à frequência de conversas sobre dúvidas, questionamentos e esclarecimentos sobre seus medicamentos com a equipe médica e a equipe de enfermagem. As figuras 1 e 2 ilustram estas frequências.

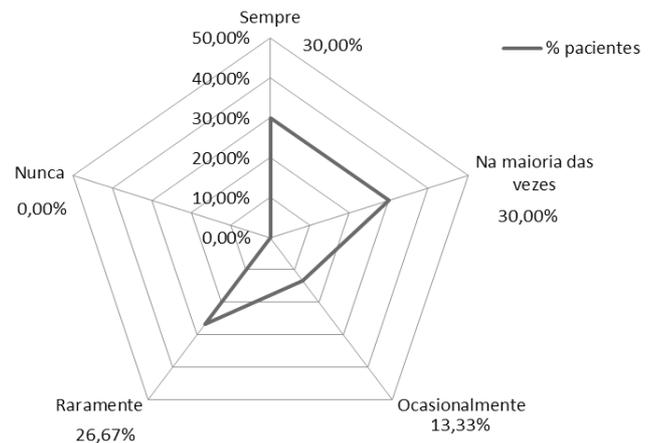


Figura 1. Frequência de conversas dos pacientes com a equipe médica sobre os medicamentos, durante o tempo de internação (n=30).

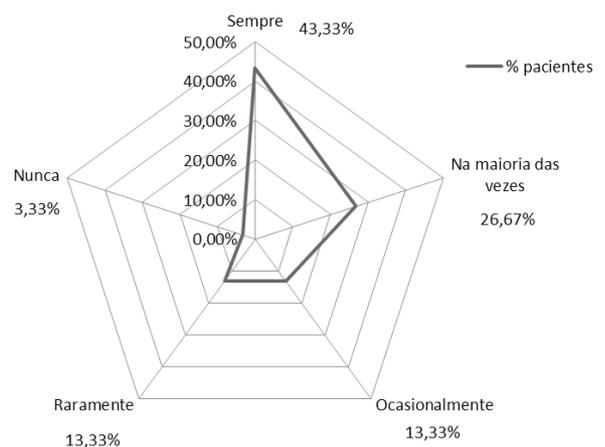


Figura 2. Frequência de conversas dos pacientes com a equipe de enfermagem sobre os medicamentos, durante o tempo de internação (n=30).

Observou-se uma maior tendência de conversas dos pacientes com a equipe de enfermagem, visto as frequências das respostas “sempre” e “na maioria das vezes”, enquanto “raramente” esteve mais presente na equipe médica. O farmacêutico não foi incluído nesse tópico uma vez que, no referido hospital, apenas médicos e enfermeiros realizavam visitas clínicas aos pacientes.

Em seu estudo de revisão da literatura sobre as atividades da FH brasileira para com pacientes hospitalizados, Magarinos-Torres, Osorio-de-Castro e Pepe (2007) identificaram que há uma escassez de publicações nas áreas de gerenciamento e seleção, sendo que nenhum dos estudos (selecionados a partir de critérios de inclusão do referido trabalho) “se debruçou, em específico, sobre atividades de formação de recursos humanos para a farmácia hospitalar e/ou AF, em seu sentido mais amplo”²².

Isto remete a amplas discussões a respeito da formação do farmacêutico, historicamente tecnicista, refletindo na deficiência deste profissional no campo da atenção à saúde e interação direta com o paciente. Entretanto, espera-se resgatar este campo de atuação na práxis do farmacêutico, proposta de mudança contemplada nas Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em farmácia²³.

Observa-se, mundialmente, uma intensa e transformadora reestruturação na área do medicamento, envolvendo novos conceitos, filosofias e práticas profissionais visando atender a uma demanda social por um profissional farmacêutico integrado às demais profissões e ao sistema de saúde⁹.

O papel do farmacêutico clínico no cuidado aos pacientes hospitalizados tem evoluído muito ao longo do tempo, com aumento da aceitação, colaboração e interação do paciente. Em RS realizada por Kaboli e McClimon (2006), a participação do farmacêutico clínico na equipe de saúde resultou em melhoria da qualidade dos serviços prestados, na medida em que eram prestadas orientações e aconselhamentos aos pacientes²⁴.

Noventa e três por cento dos entrevistados afirmaram que aceitariam ter uma conversa com o farmacêutico sobre os seus medicamentos antes de sair do hospital. Os pacientes que não aceitariam ter a orientação do farmacêutico na alta alegaram que já haviam compreendido todas as informações acerca dos medicamentos e que o médico já lhes havia esclarecido todas as dúvidas. Todos os demais relataram, em maior ou menor grau, que a orientação farmacêutica seria muito útil no sentido de, segundo os relatos dos pacientes: *tirar as últimas dúvidas, ter mais informações dos remédios, saber onde conseguir gratuitamente, saber se é possível fazer uso de bebidas alcoólicas junto com a medicação, se é para ingerir com alimentos, água ou leite*, entre outros apontamentos.

Foi sugerido pelos pacientes que farmacêutico deveria realizar visitas à beira do leito, tirando as dúvidas e esclarecendo melhor aspectos relacionados ao uso dos medicamentos. Os termos mais usados por eles foram: *umentar o contato com o paciente, fazer visita diária aos pacientes, sair da farmácia e se mostrar presente e disponível ao paciente, ter um farmacêutico exclusivo para fazer visitas, tirar dúvidas, ter um farmacêutico na enfermaria*, entre outros termos similares.

Tendo em vista que a maioria dos entrevistados no presente estudo não é favorecida economicamente, torna-se importante abordar nas orientações a questão do acesso aos medicamentos. Segundo Leite e Vasconcelos (2003, p. 778), alguns estudos não abordam esta temática: se o paciente não possui condições de adquirir o medicamento ou se não lhe é fornecido por meio do SUS, não haverá, obviamente, adesão¹⁵.

Nesta matéria, o farmacêutico tem muitas contribuições práticas a fornecer: se de um lado pode atuar junto ao prescritor, colaborando quando da seleção/prescrição racional e segura de medicamentos disponíveis no SUS, por outro lado pode orientar o usuário sobre suas formas de acesso, seja por meio dos componentes da AF (básico, estratégico ou especializado), do Programa Farmácia Popular do Brasil, da manipulação magistral, enfim, garantindo-lhe informação e norteando o melhor caminho para se ter acesso aos medicamentos.

Fato é que há divergências teórico-metodológicas no delineamento de estudos, impossibilitando, muitas vezes, a comparação de seus resultados. Apesar disso, revisões sistemáticas que tratam das intervenções clínicas de farmacêuticos são facilmente encontradas na literatura e demonstram, por

exemplo: redução de internações não planejadas de idosos com insuficiência cardíaca⁷, melhoria no controle da pressão arterial⁶, maior adesão ao tratamento, reduções nas internações hospitalares e custos relacionados à saúde de pacientes com doença pulmonar obstrutiva crônica²⁵, entre outros inúmeros desfechos positivos relacionados à farmacoterapia.

Conclama-se, assim, pela efetiva participação dos farmacêuticos nas atividades clínicas, assumindo espaços nos serviços de saúde e fazendo-se presentes no cotidiano da atenção à saúde dos pacientes. Deve-se ter em mente que não somente sejam desenvolvidas orientações no momento da alta hospitalar, mas sim ao longo de todo período de internação, aumentando o conhecimento dos pacientes sobre a farmacoterapia e motivando sua autonomia e controle sobre sua saúde.

CONCLUSÃO

O papel do farmacêutico no cuidado aos pacientes hospitalizados tem evoluído muito ao longo do tempo, com aumento da aceitação e colaboração do paciente e da maior inserção e desenvolvimento das atividades clínicas.

O presente trabalho avaliou as percepções dos pacientes internados em um hospital de ensino quanto à sua terapia farmacológica e ao aconselhamento e orientação farmacêutica no momento da alta hospitalar. Conclui-se que o uso racional de medicamentos, em seu sentido amplo, pode não estar ocorrendo levando-se em conta que o farmacêutico não está inserido no processo de trabalho da alta hospitalar e que há possíveis lacunas no conhecimento apresentado pelos pacientes.

Perigosamente, os pacientes podem estar se referindo a um conhecimento “completo”, contentando-se com poucas e/ou insuficientes informações, desconhecendo aquelas concernentes a efeitos adversos, precauções, interações medicamentosas, entre outras intimamente ligadas ao URM.

Nesse sentido, sugere-se a implantação de um serviço de orientação farmacêutica, no escopo das atividades de farmácia clínica, que esteja integrado aos demais programas assistências do referido hospital. Ressalta-se a singularidade deste locus específico em que se dá a formação de recursos humanos, apontando a necessidade da inserção do farmacêutico na alta hospitalar e as potencialidades das atividades de educação em e na saúde.

REFERÊNCIAS

1. Pompeo DA, Pinto MH, Cesarino CB, et al. Atuação do enfermeiro na alta hospitalar: reflexões a partir dos relatos de pacientes. Acta Paulista de Enfermagem, 2007, 20(3):345-350.
2. Sasha S, Lannin NA, Clemson LM, McCluskey A, Cameron ID, Barras SL. Discharge planning from hospital to home. Cochrane Database of Systematic Reviews. In: The Cochrane Library, Issue 9, art.nº.CD000313.Doi:10.1002/14651858.CD000313.pub4
3. Marques LFG, Furtado IC, Di Monaco LCR. Alta hospitalar: um enfoque farmacêutico. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) – Instituto Racine – São Paulo: 2010. 72f. Disponível em: <bvsms.saude.gov.br>. Acesso em: 22 de novembro de 2011.
4. Ulyar AS, Lopez SG, Llobet NP, et al. Intervención farmacéutica al alta hospitalaria para reforzar la comprensión y cumplimiento del tratamiento farmacológico. Farmacia Hospitalaria, 2011, doi:10.1016/j.farma.2011.02.003.
5. Viktil KK, Blix HS. The Impact of Clinical Pharmacists on Drug-Related Problems and Clinical Outcomes. Basic & Clinical Pharmacology & Toxicology, 2008, 102:275-280.
6. Santschi V, Chiolero A, Colosimo AP, Platt RW, Taff P, Burnier M, Burnand B, Paradis G. Improving Blood Pressure Control Through Pharmacist Interventions: A Meta-Analysis of Randomized Con-

- trolled Trials. *Journal of the American Heart Association*, 2014, 3:e000718 doi: 10.1161/JAHA.113.000718.
7. Thomas R, Huntley AL, Mann M, Huws D, Elwyn G, Paranjothy S, Purdy S. Pharmacist-led interventions to reduce unplanned admissions for older people: a systematic review and meta-analysis of randomised controlled trials. *Age and Ageing*, 2014, 43:174–187.
 8. Kerzman H, Baron-Epel O, Toren O. What do discharged patients know about their medication? *Patient Education and Counseling*, 2005, 56:276–282.
 9. Ramalho-de-Oliveira D. Atenção farmacêutica e serviços farmacêuticos. In: Acúrcio FA (Org.). *Medicamentos – Políticas, Assistência Farmacêutica, Farmacoepidemiologia e Farmacoeconomia*. Belo Horizonte: Coopmed, 2013. p.197-227.
 10. Santana RS, Santos AS, Menezes MS, Jesus EMS, Silva WB. Assistência farmacêutica de uma rede de hospitais públicos: proposta de utilização das diretrizes ministeriais para avaliação do serviço. *Revista Brasileira de Farmácia Hospitalar e Serviços de Saúde*, 2013, 4(1):29-34.
 11. Vieira FS. Possibilidades de contribuição do farmacêutico para a promoção da saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, 2007, 12 (1):213-220.
 12. Brasil. Ministério da Saúde. Portaria nº 3.916, de 30 de outubro de 1998. Aprova a Política Nacional de Medicamentos. *Diário Oficial da União, Brasília, DF*, 10 nov. 1998. Seção 1, p. 18.
 13. Miaso AI, Cassiani SHDB. Administração de medicamentos: orientação final de enfermagem para alta hospitalar. *Revista da Escola de Enfermagem – USP*, 2005, 39(2):136-144.
 14. Onning D, Oliveira BV, Blatt CR. Conhecimento dos pacientes sobre os medicamentos prescritos após consulta médica e dispensação. *Ciência & Saúde Coletiva*, 2011, 16(7):3277-3283.
 15. Leite SN, Vasconcelos MPC. Adesão à terapêutica medicamentosa: elementos para a discussão de conceitos e pressupostos adotados na literatura. *Ciência & Saúde Coletiva*, 2003, 8(3):775-782.
 16. Merhy EE, Franco TB. Por uma Composição Técnica do Trabalho centrada no campo relacional e nas tecnologias leves. Apontando mudanças para os modelos tecno-assistenciais. *Saúde em Debate*, 2003, 27(65):316-323.
 17. Barnsteiner JH. Medication Reconciliation In: Patient safety and quality: An evidence-based handbook for nurses. Rockville: Agency for Healthcare Research and Quality. Hugues RG (ed.), p. 2459-2472, 2008. Disponível em: <http://ftp.ahrq.gov/qual/nursesdbk/docs/BarnsteinerJ_MR.pdf>. Acesso em: 29 de novembro de 2011.
 18. Unroe KT, Pfeiffenberger T, Riegelhaupt S, et al. Inpatient Medication Reconciliation at Admission and Discharge: A Retrospective Cohort Study of Age and Other Risk Factors for Medication Discrepancies. *The American Journal of Geriatric Pharmacotherapy*, 2010, 8(2):115-126.
 19. World Health Organization. Action on Patient Safety - High 5s. Disponível em: <<http://www.who.int/patientsafety/implementation/solutions/high5s/en/#>>. Acesso em: 21 de outubro de 2014.
 20. Gleason KM, Brake H, Agramonte V, Perfetti C. Medications at Transitions and Clinical Handoffs (MATCH) Toolkit for Medication Reconciliation. Agency for Healthcare Research and Quality Publication, No. 11(12)-0059. Rockville, MD: Agency for Healthcare Research and Quality. Revised August 2012.
 21. Leite SN, Vieira M, Veber AP. Estudos de utilização de medicamentos: uma síntese de artigos publicados no Brasil e América Latina. *Ciência & Saúde Coletiva*, 2008, 13(Sup):793-802.
 22. Magarinos-Torres R, Osorio-De-Castro CGS, Pepe VLE. Atividades da farmácia hospitalar brasileira para com pacientes hospitalizados: uma revisão da literatura. *Ciência & Saúde Coletiva*, 2007, 12(4):973-984.
 23. Brasil. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES nº 2, de 19 de fevereiro de 2002. Brasília, 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12991>. Acesso em: 23 de abril de 2013.
 24. Kaboli PJ, McClimon BJ. Clinical pharmacists and inpatient medical care – a systematic review. *Archives of Internal Medicine*, 2006, 166:955-963.
 25. Zhong H, Ni XJ, Cui M, Liu XY. Evaluation of pharmacist care for patients with chronic obstructive pulmonary disease: a systematic review and meta-analysis. *International Journal of Clinical Pharmacy*, 2014, 36(6):1230-1240.